

Parecer - Estudo de Impacte Ambiental do Projecto de Melhoria da Produtividade do Terminal Portuário da SAPEC em Setúbal

Nos termos do disposto nos Artigo 14º do D.L. 69/2000, de 3 de Maio e 14º do D.L. 197/2005, de 8 de Novembro, relativo à participação pública nos processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), vem a Quercus -Associação Nacional de Conservação da Natureza, através do seu Núcleo Regional de Setúbal, apresentar o seu parecer relativo ao Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Projecto de Melhoria da Produtividade do Terminal Portuário da SAPEC em Setúbal, da autoria da Tecinvest, disponibilizado nas instalações da Divisão de Salubridade e Qualidade Ambiental da Divisão de Turismo e Ambiente da Câmara Municipal de Setúbal.

### **Apreciação global**

Em termos globais, o Estudo de Impacte Ambiental apresenta algumas lacunas na sua estrutura, que se afiguram algo graves em termos formais e conceptuais.

#### a) Resumo Não Técnico

O Resumo Não Técnico é apresentado de forma não homogénea, detalhando de forma bastante aprofundada e por alíneas as várias componentes do projecto, mas aglutinando de forma demasiado condensada os capítulos relativos à caracterização da situação de referência e da determinação dos impactes.

Sendo o Resumo Não Técnico a componente do EIA dirigida essencialmente às entidades não técnicas, públicas e privadas, e sendo os capítulos de caracterização da situação de referência e da determinação de impactes os mais importantes num EIA, e em última análise o objecto último de um EIA, é de todo essencial a sua apresentação de uma forma transparente e de fácil leitura.

Difícilmente se compreende esta opção de apresentação da componente do EIA com maior divulgação, numa forma que dificulta a sua compreensão e até passível de influenciar a sua análise.

#### b) Estudo da alternativa zero e comparação de alternativas

Nunca no EIA é apresentada a alternativa zero, isto é, a opção de não implementação do projecto. De um ponto de vista meramente conceptual, a determinação de um impacte é efectuada comparando a evolução da situação de referência em face da implementação do projecto nas suas diferentes alternativas e na ausência do mesmo. Nunca tal comparação é apresentada.

Acresce ainda que o EIA não contempla alternativas de implementação do projecto. As comparações apresentadas referem-se à construção de um terminal autónomo da CNE (Cimentos Nacionais e Estrangeiros, S.A.) versus a ampliação do terminal portuário da SAPEC. Trata-se de dois projectos distintos, promovidos por duas entidades distintas. Logo nunca se poderá falar em estudo comparativo de alternativas no âmbito que um EIA prevê.

A comparação efectuada no EIA pretende única e exclusivamente influenciar a decisão da APSS (Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA) relativamente à concessão da área do novo terminal em favor da SAPEC, entidade promotora do projecto em avaliação pelo presente EIA. Sem pretender questionar o rigor da comparação, consideramos no

entanto que não se trata de uma verdadeira análise comparativa do projecto.

Consideramos que deveriam ter sido consideradas alternativas de implementação do projecto, nomeadamente em relação à localização em orientação da sua implantação, bem como alternativas de concepção das próprias características do projecto, ao nível das suas várias componentes.

Apesar de o EIA afirmar que as opções seleccionadas são as que produzem menos efeitos no meio, seria desejável poder apreciar essas comparações quer ao nível da sua performance ambiental, quer mesmo em termos de comparação de uma relação custo/benefício.

### c) Lacunas de informação

O presente EIA apresenta algumas lacunas de informação que consideramos particularmente graves. Essas lacunas verificam-se essencialmente ao nível da caracterização da situação de referência, relativamente a determinados descritores que consideramos particularmente relevantes, e que influenciam obviamente a determinação dos impactes dos mesmos.

### **Justificação do projecto**

O EIA refere especificamente as necessidades da procura como justificação para o projecto. E apresenta os vários instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente o PROTAML, como sustentáculo do mesmo, salientando que este vai de encontro às directrizes dos Planos.

No entanto, a ausência da avaliação de uma alternativa zero não permite apreciar devidamente a sua absoluta necessidade. Não é possível apreciar na sua totalidade a necessidade de um projecto sem contemplar os eventuais cenários na sua ausência.

Sendo justificado quase exclusivamente na óptica do promotor, não é apreendida essa necessidade quando apreciada à luz de um desenvolvimento estratégico regional.

### **Qualidade do ar**

Verificam-se graves lacunas ao nível da caracterização de referência da qualidade do ar no local de implantação do projecto. Não foi efectuada qualquer monitorização da qualidade do ar durante a fase de execução do EIA, tendo sido apenas utilizados dados das estações de monitorização da EDP situadas a 2 km de distancia.

Tal afigura-se-nos completamente inaceitável, uma vez que, pela sua natureza e pelos materiais em trânsito, alguns parâmetros, designadamente o teor de partículas, se tornam definitivamente relevantes.

Consideramos que devem ser efectuados estudos prévios de qualidade do ar no local e, posteriormente, se o projecto for implementado, adoptada uma campanha de monitorização durante a fase de construção e de exploração do mesmo.

### **Recursos hídricos e sedimentos**

O projecto prevê a deposição de dragados na zona do Estuário do Sado, com possível

interferência na biodiversidade estuarina, nomeadamente no Parque Marinho Luiz Saldanha.

Consideramos pois que uma avaliação exaustiva dos sedimentos é absolutamente necessária, tendo em conta o historial de contaminação do Estuário do Sado e as perspectivas de desenvolvimento das actividades económicas que dependem do mesmo.

Deste modo, consideramos que deveriam ter sido considerados mais pontos de amostragem, nomeadamente em profundidade. De facto, tendo em conta os 9 pontos de amostragem adoptados, em apenas dois foram efectuadas recolhas às profundidade máxima (110-130 cm) e média (50-70 cm) consideradas para o estudo. Acreditamos que seria desejável um maior aprofundamento desta análise, diversificando os pontos e realizando análises a mais pontos e em maior profundidade.

Para além disso, se os parâmetros de análise incluíram os principais metais pesados relevantes, o mesmo não se verificou em relação aos compostos orgânicos. Não foram efectuadas quaisquer análises aos TBT, compostos derivados das tintas utilizadas na indústria naval, actividade com uma extraordinária relevância na história do Estuário do Sado. As análises efectuadas também não permitiram a análise dos HCB em 4 dos pontos de amostragem. Ambos os parâmetros são considerados dos mais tóxicos para a fauna marinha, com influência particularmente relevante nas comunidades de bivalves, cuja cultura em viveiro, convém não esquecer, se trata actualmente de uma das crescentes e mais significativas actividades económicas no concelho e na zona do Estuário.

#### **Fauna e flora marinhas e estuarinas**

Não são avaliados quaisquer cenários de contaminação da fauna e flora. Uma vez que o Estudo considera que, se a deposição de dragados for efectuada em determinados locais, a pluma de sedimentos atingirá o Parque Marinho, deveriam ter sido avaliados esses impactes, em particular tendo em conta que aí existem espécies em vias de extinção.

Do mesmo modo, considera-se que o aumento do tráfego marinho poderá afectar a população de roazes do Sado. Mas mais uma vez, não são apresentados quaisquer cenários de evolução da situação, nem são apresentadas alternativas ou medidas de minimização e/ou compensação.

#### **Impactes nas actividades sócio-económicas e aquicultura**

O EIA revela o seu total desconhecimento da actividade piscatória e aquícola no Estuário e na sua envolvente. Não são apresentados quaisquer cartas de localização e dispersão destas actividades na região, sendo apenas apresentadas listagens de identificação das empresas sediadas na região, cedidas pela tutela respectiva.

Considerando que a realização de dragagens e de deposição de dragados poderá ter um impacte significativo na fauna marinha e estuarina da região, principalmente através dos processos de bioacumulação de contaminantes orgânicos e de metais pesados frequentes nestes animais, com eventuais consequências até para a saúde pública, o EIA deveria ter pelo menos incluído um estudo de percepção da importância destas actividades na zona e dos impactos do projecto nas mesmas.

#### **Impactes cumulativos e impactes indirectos do projecto**

Mais uma vez, o EIA é omissivo relativamente aos impactos cumulativos com outros projectos previstos para a região.

A zona envolvente do Estuário do Sado encontra-se actualmente sujeita a várias pressões de ordem essencialmente turística, mas também imobiliária e até industrial. Deste modo, deveriam ter sido considerados os projectos previstos a curto/médio prazo para a região, tendo em conta designadamente os planos estratégicos das empresas da região e até da própria autarquia.

Um estudo dos impactos cumulativos do projecto teria permitido obter uma visão global dos impactos do projecto no ambiente ao longo de todo o seu horizonte de projecto, mas até perceber eventuais impactos e interferências que outros projectos poderão vir a exercer sobre a execução e exploração deste projecto da SAPEC.

Um exemplo flagrante desta situação é a construção de infra-estruturas várias na envolvente do Estuário, como marinas e até o próprio Polis, que eventualmente virão a afectar a hidrodinâmica do Estuário, com os consequentes e inevitáveis impactos negativos na qualidade de vida das populações.

Do mesmo modo, não são avaliados os impactos indirectos do projecto, de que são exemplo os já mencionados impactos do aumento do tráfego marítimo na população de golfinhos, mas também nos viveiros de bivalves ou até na actividade balnear da região.

### **Considerações finais**

Tendo em conta o exposto acima, consideramos que o Estudo de Impacte Ambiental em apreciação revela deficiências graves ao nível da sua concepção, nomeadamente pela ausência de uma alternativa zero e de alternativas na sua concepção e implantação.

Também são evidenciadas lacunas de informação extraordinariamente relevantes, dado que a inexistência desses dados compromete decisivamente a avaliação dos impactos em áreas consideradas prioritárias, como o sejam os impactos na biodiversidade de uma área protegida, na população de espécies em vias de extinção e protegidas legalmente ao nível nacional e comunitário, e ainda nas actividades económicas das mais relevantes na envolvente, como o sejam o turismo e a aquicultura de bivalves, e ainda o seu impacto no desenvolvimento estratégico da região da Península de Setúbal e até da Área Metropolitana de Lisboa.

Setúbal, 16 de Janeiro de 2007

A Direcção do Núcleo Regional de Setúbal da  
Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza